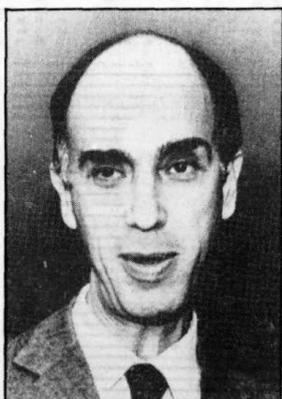


# Maciel pede a Ulysses mais prazo para emendas

BRASÍLIA — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, pedirá hoje ao Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, que o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, seja ampliado até a próxima sexta-feira. O PFL receia que o prazo atual, que terminará amanhã, não seja suficiente nem mesmo para as negociações internas do partido.

Ontem, o Senador Marco Maciel e o grupo do partido encarregado de avaliar o substitutivo decidiram reunir hoje os pefelistas que participam dos vários blocos parlamentares da Constituinte — e que também integram a Comissão de Sistematização, como Sandra Cavalcanti (RJ) e Alceni Guerra (PR) — para discutir mudanças no texto. A ideia, segundo o Deputado José Lins (CE), é obter o apoio desses constituintes para que proponham nos seus grupos determinadas alterações ao anteprojeto. Porém, segundo o Deputado Mendes Thame (SP), que participa do grupo de análise, o sistema de Governo nem mesmo é discutido dentro do partido.



Marco Maciel

— Esse é um assunto que será definido pelo plenário — disse Thame. O grupo julga, porém, que deve ser feito um esforço de entendimento nos demais assuntos, pois, segundo o Deputado José Lins, "o que for apro-

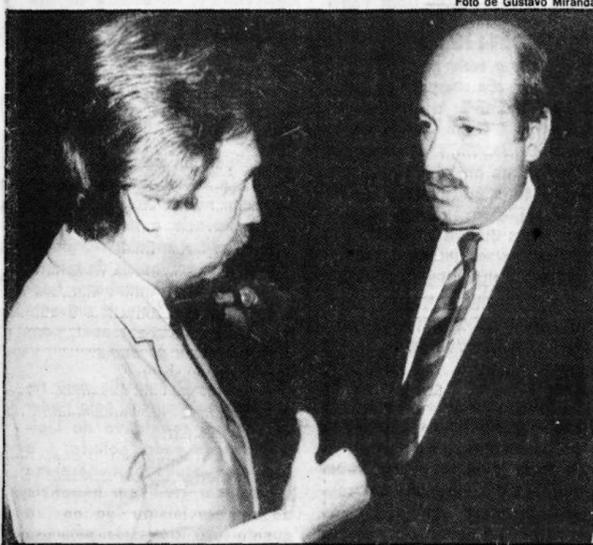
vado pela Comissão de Sistematização terá uma enorme influência sobre o plenário da Constituinte".

Do grupo que se reuniu ontem, somente o Senador Marco Maciel é defensor do presidencialismo. O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, o Secretário-Geral do partido, Saulo Queiroz, e os Deputados Mendes Thame, José Lins e Arnaldo Prieto são parlamentaristas, o que mostra a divisão do partido, a começar pela cúpula, a respeito do sistema de Governo.

Saulo Queiroz acredita que o parlamentarismo tem boas chances de ser aprovado na Sistematização, onde somente entre os representantes do PFL haveria maioria a favor desse sistema.

O Senador Marco Maciel, porém, voltou ontem a insistir na existência de uma maioria presidencialista no PFL, baseado em pesquisa feita pelo Líder do Partido na Constituinte, Deputado José Lourenço.

Segundo Maciel, mesmo que cerca de 40 deputados não tenham participado da consulta, "o percentual de presidencialistas continua sendo altíssimo, pois a bancada da Câmara tem 118 deputados".



Prisco, à esquerda, explica a Luiz Henrique a sua proposta de emenda

## Hierarquia está em perigo, diz o Ministro Sabóia

O Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, considera correta a anistia concedida em 1985 e não vê motivos para sua ampliação. Ele disse que a aprovação da fórmula prevista no anteprojeto de Bernardo Cabral comprometerá a disciplina e a hierarquia militar, além de causar um grande rombo no Tesouro Nacional.

— A anistia concedida pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985, a mesma que convocou a Assembleia Constituinte, cumpriu corretamente seu papel de conceder perdão geral a todos os atingidos por atos de exceção. A ampliação da anistia é um exagero que atinge as Forças Armadas — disse o Almirante Henrique Sabóia, ontem, depois de uma palestra na Escola Superior de Guerra.

Para o Ministro, a hierarquia e a disciplina militar podem ser abaladas com a reincorporação de militares afastados:

— O galão que um oficial porta é o símbolo do cumprimento de anos de cursos de formação e exames de avaliação. Isto gera obediência e disciplina. Se um galão é usado por um indivíduo despreparado, que não passou pelos sistemas usuais de seleção, a hierarquia está comprometida, assim como a disciplina — afirmou.

O Senador José Agripino (PFL-RN) acredita que a emenda que preparou vai superar os problemas. Já aprovada pelo "Grupo dos 32", ela prevê a promoção por antiguidade e merecimento, sem o pagamento de atrasados. Os vencimentos serão pagos a partir da promulgação da nova Constituição. O texto é semelhante ao da emenda 26 e não atinge os punidos por atos administrativos.

— Não há agressão às Forças Armadas. Não acredito em reações exacerbadas por parte delas — disse Agripino.

O Senador acredita que sua emenda será a base do entendimento. Em seus cálculos, as despesas não passariam de Cz\$ 200 milhões. Está prevista também a anistia aos trabalhadores de empresas privadas demitidos por motivos políticos.

Domingo à noite, o Senador José Richa (PMDB-PR) esteve com o Ministro do Exército, Leônidas Gonçalves, pouco depois de um encontro com José Agripino, do qual participaram os Vice-Líderes do PMDB Euclides Scalco (PR) e Paulo Macarini (SC). Richa disse que a crise já passou, porque o Ministro julgou que suas palavras na reunião do Ministério foram superdimensionadas.

## Sarney diz a Líderes que pontos do anteprojeto devem negociar

BRASÍLIA — Sistema de Governo, reforma agrária, reforma tributária e papel das Forças Armadas — sobre estes pontos, o Presidente José Sarney centrará a ofensiva do Governo para tentar alterar o anteprojeto do Relator Bernardo Cabral. A estratégia governamental, definida em várias reuniões ontem e durante o fim de semana, prevê a ação dos governadores, parlamentares de confiança do Presidente, do próprio Sarney e de seus Líderes na Constituinte. Ontem, por exemplo, Sarney encomendou ao Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, uma pesquisa sobre a tendência do partido na questão do sistema de Governo.

O Presidente dedicou-se ontem a intensificar as negociações com as lideranças políticas. Em reunião com seus auxiliares e Líderes do PMDB e PFL, Sarney foi enfático ao afirmar que a Constituição não é um embate político, e sim a organização do País, e portanto, tem que ser objeto de consenso e conversação. E ofereceu uma proposta de presidencialismo com mais prerrogativas para o Legislativo que o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, garantiu ter sido bem recebida: depois de nomeado pelo Presidente, um minist-

tro pode ser censurado pelo Congresso. O Presidente pode, então, vetar a moção de censura e remeter o veto ao Legislativo, que só poderá derrubá-lo com quorum qualificado.

— Seria uma das formas de fortalecer o Legislativo — disse Saulo, que participou da reunião com Sarney, os Ministros Ivan Mendes (SNI) e Costa Couto (Gabinete Civil), e os Líderes Carlos Sant'Anna (do Governo na Câmara), Luiz Henrique (do PMDB) e José Lourenço (do PFL), além do Deputado Prisco Viana.

Até quarta-feira, quando termina o prazo para a apresentação de emendas à Sistematização, os Líderes irão negociar esta proposta. Mas Sarney não quer radicalismos:

— Não se pode chegar a uma boa Constituição sem negociação e bom senso. Em qualquer hipótese, a parte vencedora no voto poderia deixar a parte vencida com suas cicatrizes dolorosamente abertas.

Saulo disse que na reunião não foi feita avaliação dos votos com os quais o Governo poderá contar na Constituinte, mesmo porque isso inviabilizaria a negociação. Ao sustentar a necessidade de consenso, o Presidente destacou que é essencial mudar o capítulo da política tributária. Quanto à reforma agrária, Luiz

Henrique sugeriu que se adote a proposta que já encontra consenso entre os constituintes: o juiz teria prazo de 60 dias para decidir se o imóvel cumpre função social.

Um assessor do Presidente Sarney disse que as Forças Armadas só estão intransigentes em relação à questão da anistia e não aceitam a fórmula que reintegra e promove os militares cassados. "A reincorporação é crítica", disse o assessor.

As negociações movimentaram o Planalto desde cedo: o primeiro encontro foi entre Prisco e Saulo, que seguiram para o gabinete de Sarney, onde já estavam Ministros e Líderes. Este mesmo grupo, desfalcado de Prisco, trocou depois o gabinete de Sarney pelo de Costa Couto. Deste encontro participaram dois deputados do Centro Democrático: Expedito Machado e Albérico Filho. Ao sair, Expedito justificou a presença de Ivan Mendes nas reuniões:

— Ele é o principal assessor do Presidente e tem a tarefa de tabular as negociações. Afinal, ele trabalha com a informação.

A noite, já no Alvorada, Sarney conversou com o Presidente do PFL, Marco Maciel, e com o Ministro Aurélio Chaves.

## Redução da Câmara criará uma nova onda de protestos

BRASÍLIA — Além de irritar o Presidente José Sarney e seus principais assessores, pela inclusão do sistema parlamentarista de governo, o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, vai enfrentar, nos próximos dias, uma nova onda de discordâncias na Constituinte. Segundo o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), em seu anteprojeto o Relator reduz a representação na Câmara de 487 para 412 parlamentares.

— Ao retirar do texto o número máximo para a composição geral da Casa, Cabral possibilita que São Paulo tenha sua representação aumentada de 60 para 80 deputados. Os demais Estados ou ficam com a mesma representação ou perdem deputados.

Para evitar a alteração de composição prevista no anteprojeto, o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) apresentou ontem emenda alterando o caput do artigo 74 e seu parágrafo segundo de substitutivo ao projeto de Constituição. Pela emenda, a Câmara será composta de até 487 deputados.

No parágrafo segundo do artigo 74, a redação da emenda de Prisco Viana prevê que "o número de deputados por cada Estado e pelo Distrito Federal será estabelecido pela Justi-

ça eleitoral, para cada legislatura, proporcionalmente à população, com reajustes necessários de forma a que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenham mais de 60 ou menos de oito deputados".

Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Deputado Prisco Viana garante que a prevalecer o texto do anteprojeto do Deputado Bernardo Cabral, a composição da Câmara ficaria da seguinte forma: São Paulo — dos atuais 60 representantes, passaria a ter 80; Minas Gerais — de 53 teria sua representação reduzida para 39 deputados; Rio de Janeiro — perderia 12 deputados; passando dos atuais 46 para 34; Bahia — perderia 10 representantes, baixando de 39 para 29 deputados.

Além desses Estados, também teriam reduzidas as bancadas o Rio Grande do Sul (de 31 para 23); Paraná (de 30 para 22); Pernambuco (de 25 para 18); Ceará (de 22 para 16); Maranhão (de 18 para 12); Goiás (de 17 para 12); Pará (de 17 para 12); Santa Catarina (de 16 para 11); Paraíba (de 12 para 8); Piauí (de 10 para 8) e Espírito Santo (de 10 para 8). Os Estados e Territórios restantes ficam com o mesmo número de representantes.

## Parlamentaristas se unem para aprovar novo sistema

BRASÍLIA — Os parlamentaristas estão tentando redigir uma emenda "de entendimento", que possibilite a aprovação, no plenário da Constituinte, da mudança de sistema de Governo. Um dos itens que esta sendo proposto é a possibilidade de o Presidente da República fazer uma segunda indicação para o cargo de Primeiro-Ministro, caso o primeiro nome apresentado à Câmara seja rejeitado. Se houver outro veto, a Câmara teria que apontar alguém para o cargo, sob pena de ser automaticamente dissolvida.

A proposta foi apresentada ontem pelo Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) ao grupo parlamentarista, depois de uma reunião dos Vice-Líderes do PMDB na Constituinte com o Líder, Senador Mário Covas (PMDB-SP). No entanto, ela não chegou a ser aprovada. Há outra sugestão sendo discutida, do Senador José Fogaça (PMDB-RS), que torna o programa de Governo tacitamente aprovado quando a indicação do Primeiro-Ministro tiver sido aceita pela Câmara.

As duas sugestões serão analisadas hoje, em nova reunião do grupo, desta vez com a presença do Senador Afonso Ayras (PFL-RJ), que preside

## 'Grupo dos 32' aprova texto da aposentadoria

BRASÍLIA — O "Grupo dos 32" apoiará a aposentadoria aos 35 anos de serviço para os homens e 30 para a mulher, como está no projeto de Bernardo Cabral. O grupo decidiu também não alterar a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria do homem e de 48 anos para a mulher.

Os 32 parlamentares reuniram-se durante todo o dia de ontem e, segundo o Deputado Konder Reis (PDS-SC), elaboraram mais de cem emendas. Uma delas resume o capítulo que trata das regiões de desenvolvimento ao artigo 51, que permite aos Estados, mediante lei complementar, criar áreas metropolitanas e microrregiões.

O "Grupo dos 32" continua negociando o "Interpartidário". Ontem à noite, os parlamentares iriam discutir o papel das Forças Armadas e a anistia. O Senador José Richa e outros parlamentares reuniram-se no início da noite com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para discutir a questão tributária.

O "Grupo dos 32" fechou com o sistema eleitoral misto, ainda segundo Konder Reis. Israel informou que, no capítulo do Poder Legislativo, será proposto um número mínimo de 500 parlamentares para a Câmara dos Deputados, com o máximo de 70 e o mínimo de quatro por Estado. O grupo defende a idade mínima de 21 anos para o parlamentar.

O início dos trabalhos legislativos em 1º de fevereiro e a impossibilidade de os parlamentares terem qualquer contrato com empresas também foram discutidos.



Pimenta e Fernando Henrique na reunião de ontem

## Grupo propõe prazos para desapropriar

BRASÍLIA — O estabelecimento do prazo de 60 dias para que o juiz delibere sobre a função social da terra desapropriada — associado à possibilidade de o Incra rever, em 30 dias, a desapropriação — é um dos caminhos pelos quais se tentará chegar a um acordo sobre a reforma agrária na Constituinte.

A proposta, que surgiu numa reunião com Euclides Scalco (PMDB-PR), Virgílio Távora (PDS-CE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Konder Reis (PDS-SC) e Plínio Sampaio (PT-SP), só não chegou ao consenso por manter o poder de desapropriação do Incra. Mesmo que o juiz declare a função social da terra, o Incra pode manter a desapropriação. Só que paga em dinheiro, em vez de em títulos da dívida agrária.